



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

EDMARA BESERRA DOS SANTOS

A PRÁTICA DOCENTE E A QUESTÃO AFRO-BRASILEIRA

CAMPINA GRANDE – PB

2018

EDMARA BESERRA DOS SANTOS

A PRÁTICA DOCENTE E A QUESTÃO AFRO-BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Margareth Maria de Melo

CAMPINA GRANDE – PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237p Santos, Edmara Beserra dos.
A prática docente e a questão afro-brasileira [manuscrito] /
Edmara Beserra dos Santos. - 2018.
41 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Margareth Maria de Melo ,
Departamento de Educação - CEDUC."
1. Prática docente. 2. Temática afro-brasileira . 3.
Temática africana. I. Título

21. ed. CDD 371.12

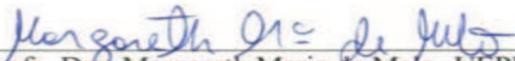
EDMARA BESERRA DOS SANTOS

A PRÁTICA DOCENTE E A QUESTÃO AFRO-BRASILEIRA

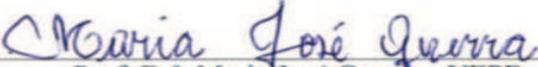
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de Licenciatura
em Pedagogia.

Aprovada em: 11 de dezembro de 2018

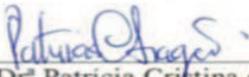
BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Margareth Maria de Melo- UEPB
Orientadora



Prof. Drª. Maria José Guerra - UEPB
Examinadora



Profª. Drª Patricia Cristina de Aragão - UEPB
Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus

Acima de tudo, de todas as coisas agradeço ao meu Deus, que me deu forças, continuamente, para escrever-produzir este trabalho de conclusão de curso. Por haver traçado o meu caminho de modo que pudesse conhecer o Grupo de Pesquisa Dialogando com a Diversidade Étnico-racial, orientado pela Prof^a Dr^a Margareth Maria de Melo, que tanto nos incentivou e nos orientou para a atuação acadêmica quanto para a vida. Quero agradecê-lo por me presentear com minha família, amigos e companheiro, que sempre me apoiaram e me incentivaram a continuar e nunca desistir.

À minha família

A família é a base da sociedade, trata-se de um microssistema apresentado como um apoio para um indivíduo. Nesse sentido, agradeço ao meu pai, à minha mãe que tanto me incentivaram e investiram na minha formação, sempre dizendo que a melhor forma de “ser alguém, aconteceria se tanto eu quanto meus irmãos estudássemos”.

Agradeço aos meus irmãos: Edilma, Idelfonso, Melquisedeque, Ezequiel e Henrique, pelas horas em que se dispuseram a ouvir meus pronunciamentos acerca do curso, pelas noites marcadas por diálogos, aconselhamentos, risadas e muita música, sempre acompanhadas por um bom tocador com seu violão (Idelfonso com seu violão).

A minhas avós: Geneva e Celina e meus avôs: Josué e José Beserra (Dedé Beserra), infelizmente, meu avô paterno (Dedé Beserra) não pode participar da minha entrada e saída da universidade, mas sempre nos orientou a estudarmos e a investirmos nosso tempo nos estudos, agradeço-lhe pelas muitas horas, na sala de sua casa, em que ficávamos a dialogar sobre diversos assuntos: futebol, política, educação, principalmente, religião, especificamente, Deus.

Agradeço aos meus tios e tia paternos: Josa, Raimundo, Roberto, Rafael e Valdeci. Minha tia Valdeci, que quando lhe disse que faria o Curso de Pedagogia, abriu um enorme sorriso, expressando o quanto ficara feliz pela minha conquista e por seguir seus passos como professora. Agradeço aos meus tios e tia maternos: Cícero, Paulo, Beto, Lourival, Antônio e Guia (também professora).

Agradeço aos demais familiares que também fizeram e fazem parte da minha conquista, da minha vida.

À meus/minhas amigos (as)

Agradeço a todos meus amigos e minhas amigas pelos aconselhamentos e tempo despendido nos diálogos. Pela companhia em viagens e passeios, nas refeições, nas lágrimas e desilusões, mas também nos risos e gargalhadas.

À minhas/meus professoras (es)

Durante minha vida estudantil tive a possibilidade de contactar-aprender com professores e professoras comprometidos e comprometidas com a educação, com um ensino dinâmico e produtivo. Agradeço aos/as professores/as da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Superior.

À equipe do Grupo de Pesquisa

Fui presenteadada com a oportunidade de participar no/do/com o Grupo de Pesquisa Dialogando com a Diversidade Étnico-racial, no qual tive a possibilidade de me reconhecer como pessoa negra, o quanto ser negro é bom, a quebrar estereótipos formados e reproduzidos

nos cotidianos da escola, da família, até mesmo da igreja. Pude receber orientações valiosíssimas com a Prof^ª Dr^ª Maria Margareth de Melo que sempre tão atenciosa buscou discutir a temática africana e afro-brasileira com considerável competência e entusiasmo, expressando ser uma representante da causa do povo negro, que se une contra o racismo, o preconceito e a discriminação. Quero agradecer a cada integrante do Grupo das quais levarei lembranças para toda a vida, além dos inúmeros aprendizados e vivências nos nossos encontros semanais do Grupo e nas vivências no campo de pesquisa.

À Igreja Assembleia de Deus

Que de boa vontade cedeu espaço em sua casa de apoio aos universitários estudantes, entre os quais também estava eu. Agradeço ao Pastor Costa, Pastor presidente Daniel e demais irmãos pela compreensão e paciência em nos dar todo o apoio necessário e assistência.

“Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante”.
Paulo Freire.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) trata-se de uma pesquisa de campo, cujo conteúdo é resultado do envolvimento com a Iniciação Científica – PIBIC/CNPq por meio do Grupo de Pesquisa Dialogando com a Diversidade Étnico Racial, o qual estuda a implementação da Lei 10.639/2003 em turmas de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. O principal objetivo deste TCC é o de analisar a prática docente no trato com a temática afro-brasileira. Para tanto, especificamente, têm-se os seguintes objetivos: discutir acerca da implementação da lei 10.639/2003 por meio da prática docente; identificar como os conceitos sobre diversidade, discriminação, racismo e preconceito eram desenvolvidos nas aulas; e, refletir acerca da importância da formação inicial e continuada de professores, na temática africana e afro-brasileira. Com esse intuito, fundamentou-se em alguns documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais de Pluralidade Cultural e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Para um embasamento maior com o tema, foi feito o estudo dos seguintes autores: Moore (2007), Lopes (2006), Cavalleiro (2006), Candau (2015), Freire (1987), Lima e Silva (2013), entre outros. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa e envolveu a pesquisa nos/dos/com os cotidianos (ALVES, 2002). Conforme a vivência-atuação nas oficinas realizadas pode-se verificar a importância e emergência da formação inicial e continuada frente à temática Africana e Afro-Brasileira. Tal experiência enquanto pesquisadora de Iniciação Científica, possibilitou a compreensão da necessidade do tratamento da temática afro-brasileira no contexto escolar, para tanto é imprescindível que o corpo docente tenha uma formação inicial e continuada, além disso, possa conscientizar-se da importância dessa temática na superação do racismo, do preconceito e da discriminação, promovendo assim, um contexto de convivência com as diferenças e inclusão social da pessoa negra.

Palavras-chave: Racismo. Temática africana e afro-brasileira. Prática docente.

ABSTRACT

The present work of conclusion of course (TCC) is a field research, whose content is the result of the involvement with the Scientific Initiation - PIBIC / CNPq through the Group of Research Dialoging with Racial Ethnic Diversity, which studies the implementation of Law 10.639 / 2003 in classes of 4 and 5 years of Elementary School. The main objective of this CBT is to analyze the teaching practice in dealing with the Afro-Brazilian theme. For that, specifically, we have the following objectives: To discuss about the implementation of law 10.639 / 2003 through the teaching practice; Identify how the concepts of diversity, discrimination, racism and prejudice were developed in class; and, Reflect on the importance of initial and continuing teacher training, on African and Afro-Brazilian themes. With this intention, we are based on some official documents: National Curricular Parameters of Cultural Plurality among others. For a larger base with the theme, we did the study of the following authors: : Moore (2007), Lopes (2006), Cavalleiro (2006), Candau (2015), Freire (1987), Lima and Silva (2013), among others. The methodology used is of a qualitative nature and involved research in / with / with the daily ones (ALVES, 2002). According to the experience and performance in the workshops, we were able to verify the importance and the emergence of the initial and continuing training in relation to the African and Afro-Brazilian themes. This experience as a researcher of Scientific Initiation, in the Research Group, made possible the understanding of the importance of the treatment of the Afro-Brazilian theme in the school context, as well as in the conception of blackness, contributing to personal and professional formation.

Keywords: Racism. African and Afro-Brazilian themes. Teaching practice.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	METODOLOGIA	13
2.1.	As escolas e sua rotina	13
2.2.	A importância da observação-vivência na escola	17
3.	A PRÁTICA DOCENTE E A TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	19
4.	CONCEITOS ESTRUTURANTES NO TRATO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	24
4.1.	Diversidade: todos são iguais por serem diferentes	24
4.2.	Discriminação racial: a consumação do preconceito	26
4.3.	Racismo: Crime perante a lei	27
4.4.	Preconceito racial: medo e desconhecimento do outro	30
5.0	A PRÁTICA DOCENTE FRENTE À TEMÁTICA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA	31
6.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
7.0	REFERÊNCIAS	39
8.0	APÊNDICE	41

1.0. INTRODUÇÃO

O estudo e tratamento da temática étnico-racial, especificamente, da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, em instituições públicas e privadas da Educação Básica, tem respaldo legal por meio da Lei 10.639/2003, a qual institui que

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003, s/p).

A Lei supracitada regulamenta o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, por meio da disposição de conteúdos conceituais e atitudinais referentes à temática, como também das áreas de conhecimento que a abrangerá, cuja finalidade está em promover a superação da discriminação racial. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (BRASIL, 2004, P. 7).

Nesse sentido, tratar a temática Africana e Afro-Brasileira em instituições da Educação Básica é uma das formas de atenuar o quadro de exclusão social vivenciado pelo negro, no Brasil. Sendo assim, torna-se crucial trabalhar-tratar à temática, também, na universidade, principalmente, nos cursos de formação de professores, os quais irão atuar diretamente com os alunos da Educação Básica.

Para o tratamento da Cultura e História Africana e Afro-brasileira, em sala de aula, é primordial que seja observada e considerada a diversidade cultural existente, e compreendido que o desrespeito às diferenças, faz com que alguns indivíduos enveredem pelo caminho da discriminação, do preconceito e do racismo.

Além do tratamento da temática em destaque, em salas de aula da Educação Básica, torna-se fundamental uma abordagem teórica e metodológica nas universidades, principalmente, em licenciaturas, visto que, trata-se de um espaço em que futuros professores estão a desenvolver sua prática docente, logo, necessitam de subsídios para tal.

A falta de (in) formação referente à temática africana e afro-brasileira pode levar a maioria dos educadores a reduzir o trato com a temática, limitando-o às datas comemorativas como o Dia da Abolição da Escravatura (13 de maio), Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), entre outras. De tal modo, temos certa descaracterização dos objetivos esperados com o tratamento da temática, pois, a luta por respeito e dignidade da pessoa negra acaba sendo folclorizada e pormenorizada.

Então, para dar continuidade e direcionamento à discussão têm-se como principal objetivo deste TCC analisar a prática docente no trato com a temática afro-brasileira. Para tanto, especificamente, seguem-se os seguintes objetivos: Discutir acerca da implementação da lei 10.639/2003 por meio da prática docente; Identificar como os conceitos sobre diversidade, discriminação, racismo e preconceito eram desenvolvidos nas aulas; e, Refletir acerca da importância da formação inicial e continuada de professores, na temática africana e afro-brasileira.

O tratamento da prática docente frente à temática afro-brasileira é uma forma de compreender o fazer docente dentro de uma proposta de inclusão da pessoa negra, tendo em vista, as condições excludentes a que o negro tem sido submetido. Logo, entender o que dizem os documentos oficiais que regulamentam o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira é imprescindível ao estudante de licenciatura de qualquer área, visto que, posteriormente, vivenciará em sua prática situações que lhe exigirão uma postura inclusiva e coerente com o que propõem alguns autores e documentos legais, como também o contexto político, social e econômico vigentes.

Em sequência, serão tratados os seguintes conceitos: diversidade, discriminação, preconceito e racismo como uma proposta da inclusão social promovido no âmbito da sala de aula, por meio de uma perspectiva de superação de estigmas racistas, segregacionistas e excludentes.

Além disso, serão apresentadas algumas considerações de autores e documentos oficiais acerca de uma prática docente voltada para a inclusão social da pessoa negra, além do relato da observação-vivência-atuação com a temática, tanto na universidade quanto em três escolas públicas da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB. Ressaltando a

importância da formação inicial e continuada para a prática docente frente à temática africana e afro-brasileira.

Por fim, trar-se-á as considerações finais, na qual será feito um apanhado de todo o trabalho, enfatizando o estudo e envolvimento no/com o tema em destaque, tanto na universidade quanto em instituições da Educação Básica com vistas a desenvolver a inclusão social do negro em todos os âmbitos.

2.0. METODOLOGIA

O presente trabalho de conclusão de curso é uma pesquisa de cunho qualitativo, tratando-se de uma metodologia de pesquisa nos/dos/com os cotidianos (ALVES, 2002), que envolve a pesquisa bibliográfica, de campo, a intervenção junto aos sujeitos da pesquisa e o uso de diversas formas de coleta de dados. A vivência se deu mediante o envolvimento nos/dos/com o cotidiano (ALVES, 2002) das escolas, cuja proposta direciona o pesquisador-sujeito a participar do cotidiano, dos espaços, das ações que fazem parte da escola-campo de pesquisa. Além disso, diante da observação e do envolvimento com o espaço de pesquisa buscou-se a atuação no mesmo, por meio da realização de formação para educadores e educandos, como uma forma de retorno dos resultados da pesquisa às instituições.

Os espaços vivenciados foram três escolas da rede pública municipal que localizam-se na região periférica da cidade de Campina Grande-PB, e atendem alunos de diferentes realidades sociais, econômicas, familiares e religiosas. As escolas funcionam nos turnos: manhã e tarde, com um grupo de profissionais capacitados e, comprometidos com seu trabalho. As docentes lecionavam em turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, em duas escolas havia duas docentes, cada, e na terceira, que apresentava um maior número de alunos, atuavam quatro, totalizando, assim, oito docentes que fizeram parte da pesquisa. As turmas das escolas tinham uma média de vinte e cinco alunos, cada.

O contato com as referidas escolas se deu por meio de uma pesquisa anterior¹, a qual tratava sobre a análise da prática docente no uso de livros didáticos de História, utilizados pelas turmas de 4º e 5º anos das escolas, assim, essa pesquisa foi uma continuidade da anterior. Para efeito de referência, será feito o uso das letras: X, Y e Z, como uma forma de localizar cada escola.

2.1. As escolas e sua rotina

A escola X, localizada no bairro de Bodocongó, funciona nos turnos: manhã e tarde, atendendo turmas da Educação Infantil e Fundamental I. Tendo um quadro de vinte e nove (29) funcionários, comprometidos e habilitados com/para o seu trabalho, sendo: 21 professoras, entre as quais, dez (10) são prestadoras de serviço e onze (11) são efetivas, todas com nível superior; quatro (04) cozinheiras, sendo duas (02) no turno manhã e duas (02) à

¹ Pesquisa PIBIC/CNPq da cota 2014-2015.

tarde; dois (02) vigias, uma (01) Diretora; uma (01) Secretária. Conta com a seguinte estrutura física e recursos didáticos: doze (12) Salas de aula; Sala de leitura; Área de recreação; um (01) Bebedouro; dois (02) Fogões; um (01) Freezer; uma (01) Geladeira; uma (01) Televisão; um (01) DVD; Fichários; Computador; duas (02) Impressoras; dois (02) Microsystem; Armários para guardar o material pedagógico em cada sala; Caixa amplificadora; Microfone; Telefone; Máquina fotográfica digital; Livros paradidáticos; Livros de literatura infantil.

Dispõe de doze (12) salas de aula, que comportam cerca de 25 a 30 alunos, cada, sendo assim, o espaço fica apertado, com as cadeiras e mesas organizadas em fila indiana, a mesa das professoras ficam em um canto da sala com seus livros, diários de classe, cadernos com planos de aula, além de seus pinceis de quadro, canetas, borracha e lápis grafite – as vezes seus alunos estão sem lápis e acabam recorrendo a professora, que lhes empresta um. As salas não apresentam uma boa acústica, pois, durante as aulas, os sons de uma sala ecoam na outra, assim vice-versa, passando por cima da parede que deixa um espaço até chegar o teto, mas tal condição não impede que cada docente desenvolva o seu trabalho de ensinar e conduzir os seus alunos à aprendizagem, ao mundo do saber.

Nessa escola, além das salas de aula, há outros espaços que acolhem todos os seus alunos, funcionários, estagiários (as) da universidade, pais, mães e responsáveis. O pátio que fica na entrada é o local onde é feita a acolhida dos alunos e alunas que chegam com irmãos, pais, mães ou responsáveis, Nesse espaço, as professoras e a gestora recebem seus alunos com muita animação, inicialmente, é feita uma oração, em seguida, alongamento, dança acompanhada por músicas empolgantes que estimulam o movimento, por fim, quem leva as crianças e pré-adolescentes à escola, se despedem e cada professora faz uma fileira com sua turma, conduzindo-a até a sala de aula, de mãos dadas. A turma observada é a do 4º ano, e é essa que a pesquisadora acompanha.

Chegando a sala de aula, cada aluno senta-se, organiza seu material em cima da mesa. Em seguida, a professora faz a leitura de um texto e sua discussão, questionando acerca da sua mensagem, como também explorando seus recursos visuais, além do nome do autor, editora e equipe responsável pela ilustração.

Posteriormente, conforme orientação da professora, os alunos dirigem-se até um armário no fundo da sala, no qual estavam os livros didáticos de todas as disciplinas. Depois de haver pegado o livro, cada aluno retornava a sua cadeira, nesse meio tempo, os alunos conversavam, empurravam, mexiam um com o outro. Sentados, cada aluno abre o livro na página que lhes é orientada e, fazem leitura de algum texto, por conseguinte, uma atividade que é corrigida, coletivamente. Próximo ao toque do sinal para o intervalo, a docente pede que

aqueles alunos que haviam trazido lanche de casa o pusessem sobre a mesa. Dado o toque do sinal, cada aluno se dirige para fora da sala de aula, para lancharem e recrearem. Quem não leva lanche de casa, vai à venda que há na frente da escola ou come a merenda que as “tias” da cozinha preparam com tanto carinho e cuidado. Na venda compram: picolé, pipoca, biscoito recheado e balas. Tanto professoras quanto as pesquisadoras, estagiárias sempre acabam ganhando balas de seus alunos.

O momento do intervalo trazia a oportunidade de correr, gritar, jogar baleada, futebol, vôlei, brincar de bola de gude, de boneca, a imaginação era o limite. Para as professoras, é a oportunidade de encontrar com suas colegas de trabalho: professoras, gestora, psicóloga, assistente social na sala dos professores, onde é servido o lanche – o mesmo dos alunos, como também alguns outros que as próprias professoras levam. Ao lancharem, conversam sobre a situação de cada aluno e aluna, sobre a organização de eventos, sobre planejamentos, sobre novelas, assuntos atuais e a vida pessoal.

Terminado o intervalo, às 15:40, cada professora retorna a sua respectiva sala e seus alunos a seguem, aqueles que não vêm são chamados por seus colegas ou pela própria professora. Com todos na sala, novas atividades e dinâmicas são sugeridas, mas não, antes de a professora conversar sobre o que um ou outro aluno fez na hora do intervalo, na maioria das vezes, são os mesmos alunos que brigavam ou cometiam algum outro tipo de atitude condenável, como: xingar colegas, empurrar ou quebrar objetos etc. Feito isso, se a atividade anterior houvesse sido concluída, dar-se-ia início a uma próxima, podendo ser: bingo de palavras, leitura de textos ou explicação de um novo conteúdo de uma outra disciplina, se assim fosse, o LD já pego era guardado e um outro era tirado do armário. Chegando próximo ao fim da aula, os alunos são orientados a arrumarem suas bolsas, pois alguns pais já estão à porta, esperando. Quando o pai ou mãe ou responsável está à porta, a professora entrega o aluno e comunica sobre algum evento, reunião, além de conversar sobre a situação de aprendizagem e comportamental do estudante.

A segunda escola observada-vivenciada é a Y, localizada no Bairro Santa Cruz, a qual possui um quadro de trinta e oito (38) funcionários, envolvendo: merendeira, jardineiro, porteiro, auxiliares administrativos, coordenadora, supervisora e professores. Pelo fato da escola funcionar nos turnos: manhã e tarde, há a necessidade dessa quantidade de funcionários. Possui ainda uma secretaria com diretoria, uma sala de informática (a qual funciona as sextas-feiras para aula de informática), cinco (05) salas de aula, todas em funcionamento, uma (01) sala de leitura, uma (01) cantina, não há refeitório e, por isso, os alunos lancham na sala de aula. Tem dois banheiros com seis sanitários, uma sala de arquivo,

uma guarita, um depósito de material, um almoxarifado. Possui os seguintes recursos didáticos: três (03) TVs, um (01) data show, três (03) microsystem, uma (01) caixa acústica, dez (10) computadores.

Cada espaço físico e aparelho eletrônico atende as necessidades da escola, no desenvolvimento de suas atividades, possibilitando ao professor a realização de aulas mais dinâmicas e atrativas para o seu alunado. Além, de favorecer o processo de ensino-aprendizagem, apoia o desenvolvimento de atividades extraclasse.

A recepção dos alunos é feita no pátio de entrada, no qual é feita uma oração e comunicados, se houvesse. Feito isso, cada aluno e professora se dirige a sua sala de aula. Chegando a sala de aula, faz a leitura um texto para discussão coletiva. Posteriormente, com base no texto, é feita uma atividade escrita com resposta individual, em seguida, coletivamente. Próximo à hora da merenda, é levada a sala uma bacia grande, para que ao término do lanche, os alunos possam colocar seus pratos nela, pois, o lanche é servido na própria sala de aula, uma vez que não há refeitório. Terminado o horário do lanche, as crianças do pré-escolar saem para o intervalo, quando estas retornam, as das outras turmas saem.

Ao término do intervalo os alunos retornam a sala de aula, onde é dada continuidade as atividades ou introduzido um novo conteúdo que é explicado com o uso de exemplos, textos extraídos da internet ou do próprio livro didático que servem como fonte de consulta para que os alunos possam responder questões que são transcritas do quadro branco para o caderno. Além dessas questões, são feitos ditados de palavras, produções textuais verbais ou não verbais. Chegada a hora da saída os alunos recolhem seu material, e conforme seus pais, mães e/ou responsáveis vêm pegá-los a professora despede-os.

A escola Z encontra-se na periferia da cidade de Campina Grande, assim como as outras escolas, sendo esta localizada no Bairro do Cruzeiro, atendendo nos turnos: vespertino e noturno, alunos da Educação Fundamental I e de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A instituição apresenta adequadas condições de funcionamento, com uma estrutura física organizada em cinco (05) salas de aula, uma (01) quadra, uma (01) cantina, um (01) pátio, uma área coberta por capim, uma (01) secretaria, uma (01) sala de professores, entre outras repartições.

A atuação de profissionais capacitados mostra o quanto são desafiados a conquistarem a confiança e o afeto dos alunos, tendo em vista que, tratam-se de indivíduos que vêm de uma realidade socioeconômica delicada, que estão direta ou indiretamente ligado ao mundo do crime. As ações dos alunos, na maioria das vezes, remete a violência, a simulação do uso de

armas. Dado esse fato, na turma do 4º ano, em um período de seis meses havia entrado e saído três professoras. Mas, nesse mesmo cenário, a docente do 4º ano atuava de maneira corajosa, agindo afetuosamente com seus alunos, de modo, que ganhou-lhes o respeito.

2.2. A importância da observação-vivência na escola

A necessidade de conhecer a prática docente resultou na observação e registro do visto e do sentido durante as aulas de História ministradas, como também de outras disciplinas, além dos outros espaços e vivências da escola – acolhida no pátio, merenda etc. Pois, como reflete Alves (2002)

Com todos esses fatos anotados e organizados, percebo que só é possível analisar e começar a entender o cotidiano escolar em suas lógicas, através de um grande mergulho na realidade cotidiana da escola e nunca exercitando o tal olhar distante e neutro que me ensinaram e aprendi a usar. É preciso questionar e ‘entender’ o cheiro que vem da cozinha, porque isto terá a ver com o trabalho das professoras e as condições reais de aprender dos alunos (ALVES, 2002, p. 19).

A realização de observações e conversas informais com as professoras, permitiu a visualização da carência do tratamento da temática africana e afro-brasileira. Assim, foram feitas cinco intervenções, dentre as quais, neste trabalho, tratar-se-á sobre a primeira, cujo tema buscou trabalhar os conceitos de diversidade, preconceito, racismo e discriminação apresentando-os aos alunos, com o intuito de despertá-los acerca do respeito às diferenças, à diversidade.

O tratamento dos conceitos acima citados, fundamentou-se nos seguintes autores: Lopes (2006); Hasenbalg; Silva e Lima (1999); Moore (2007), Freire (1987, Candau (2015), entre outros. Além desses teóricos, buscamos fundamentar nossa discussão com o auxílio dos seguintes documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais de Pluralidade Cultural; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Orientações e Ações para as Relações Étnico-raciais, e o Estatuto da Igualdade Racial que regulamentam a temática em destaque.

As observações e intervenções foram desenvolvidas pelas voluntárias do grupo de pesquisa Dialogando com a Diversidade Étnico-Racial, que colaboraram com as observações,

planejamento e a realização das oficinas nas escolas. Os dados coletados foram tratados a partir da análise de conteúdos (TAVEIRA, 2008, p. 119-139).

O contato-vivência com o cotidiano das escolas oportuniza o aperfeiçoamento do fazer docente, por meio do contato com professoras em exercício, com a gestão da instituição de ensino, com os educandos e demais funcionários. Observando cada ação desenvolvida dentro e fora da sala de aula, pode-se assim perceber a complexidade das relações pessoais existente no contexto escolar e, com isso, a tamanha importância do papel do professor na intervenção-formação na/de opinião das crianças e adolescentes, na forma como estes poderão desenvolver suas intelectualidades e sua capacidade de relacionamento com as diversidades que de modo sucinto acabam sendo homogeneizadas, numa tentativa violenta de negação da diferença do outro, gerando como consequência o desrespeito ao outro. A questão que se põe não está em

afirmar um polo e negar o outro, mas sim termos uma visão dialética da relação entre igualdade e diferença. A igualdade não está oposta à diferença e sim à desigualdade. Diferença não se opõe à igualdade e sim à padronização, à produção em série, a tudo o “mesmo”, à “mesmice” (CANDAU, 2015, p. 90).

O que Candau (2015) propõe é que haja um trabalho com a Educação em Direitos Humanos cujo compromisso está para com as diferenças reconhecendo-as como uma grande aliada da igualdade, logo, a igualdade não pode servir como pressuposto para padronizar, para negar a singularidade de cada indivíduo, tampouco, pode legitimar as desigualdades sociais existentes motivadas pela premissa da presença de características individuais, consideradas inaceitáveis e que não apresentam atributos coerentes com os dos padrões estabelecidos.

O docente tem a responsabilidade de desenvolver uma prática docente mais efetiva e consciente, que reconheça o espaço escolar como um possibilitador de transformação-construção-reprodução de valores, posturas e atitudes e, que assim, possa atuar combatendo preconceitos, atitudes discriminatórias e racistas (BRASIL, 1997).

3.0. A PRÁTICA DOCENTE E A TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Lei 10.639/2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e traz como proposta a obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino da História e da cultura Afro-brasileira e Africana, tendo como objetivo a superação da discriminação e do preconceito preponderantes em nossa sociedade. Para que houvesse a alteração da Lei 9.394/1996 e a regulamentação da Lei 10.639/2003, “o Conselho Nacional de Educação, por meio de seu Conselho Pleno, elaborou em 2004, o Parecer 03/04 que estabelece as Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (COUTINHO, 2008, p. 76). Referente à Lei, Waldman (2009), evidencia que

Constituindo uma reivindicação de entidades ligadas à causa negra, a introdução de uma temática africana em sala de aula articula-se com as propostas da ação afirmativa, voltadas para garantir às minorias sociais, étnicas e de poder o justo espaço que lhes compete na sociedade brasileira. Não haveria como negar, a população afro-descendente, ainda que configurando uma maioria demográfica da população brasileira, constitui uma minoria sociológica, aspecto que para ser revertido, tem que contar com apoios no campo educacional (WALDMAN, 2009, p. 1).

A escola é um espaço de convivência entre pessoas diferentes, de diferentes tradições, hábitos e costumes, o qual deve atentar para as diversas formas de conhecimento, não assumindo uma postura de detentor e disseminador de “verdades” absolutas (COUTINHO, 2008, p. 76).

O espaço escolar é permeabilizante das possibilidades de transformações e formação política, de modo que seus sujeitos possam ser autônomos e críticos. Com tais pressupostos o que se busca é o desenvolvimento de sujeitos que reconheçam suas singularidades e as dos outros, entendendo que a diferença deve ser respeitada, e jamais motivo para violação do direito de alguém.

Anterior à Lei 10.639/2003, existe os Parâmetros Curriculares Nacionais de Pluralidade Cultural os quais já traziam, em 1997, uma proposta referente ao “conhecimento e a valorização das características culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional” (BRASIL, 1997, p. 19), como uma forma de oferecer “ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal” (BRASIL, 1997, p. 19).

O evidente quadro político, social e econômico que o Brasil apresentou e apresenta em relação ao preconceito e discriminação racial precisa ser considerado. Diante dessa

conjuntura, inúmeros “movimentos sociais, vinculados a diferentes comunidades étnicas, desenvolveram uma história de resistência a padrões culturais que estabeleciam e sedimentavam injustiças. Gradativamente conquistou-se uma legislação antidiscriminatória” (BRASIL, 1997, p. 21). Segundo Fahs (2016),

O **movimento negro** começou a surgir no Brasil durante o período da escravidão. Para defender-se das violências e injustiças praticadas pelos senhores, os negros escravos se uniram para buscar formas de resistência. Ao longo dos anos, o movimento negro se fortaleceu e foi responsável por diversas conquistas desta comunidade, que por séculos foi injustiçada e cujos reflexos das políticas escravocratas ainda são visíveis na sociedade atual (FAHS, 2016, s/p).

A história de luta do movimento negro remonta ao período da escravatura e se estende aos dias atuais, com avanços significativos e notórios, conforme apresenta pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada acerca da situação social da população negra por estado,

O Brasil vem experimentando um processo de desenvolvimento com inclusão social cujos resultados são bem conhecidos [...]. De fato a mudança nas condições de vida de mulheres e homens negros verificada nos últimos anos resulta do efeito combinado de iniciativas governamentais que sustentam a política de promoção da igualdade racial a partir de três dimensões principais.

- 1) Políticas socioeconômicas gerais que impulsionavam a inclusão da população negra [...].
- 2) Ações para o atendimento a direitos básicos da população negra [...].
- 3) Ações afirmativas para a promoção de igualdade de oportunidades [...] (BRASIL, 2014, p. 9).

O mensurável avanço que se tem vislumbrado em relação à inclusão de mulheres e homens negros nos setores político, social e econômico pode ser dado pela insistente mobilização de movimentos sociais afins, que de certa forma, conduziram uma luta que culminou com a aprovação e implantação de uma legislação que, realmente, pudesse favorecer a superação da discriminação racial, no Brasil. Contudo, “a aplicação e o aperfeiçoamento da legislação são decisivos, porém insuficientes” (BRASIL, 1997, p. 21). Diante disso, é reconhecido que,

Para contribuir nesse processo de superação da discriminação e de construção de uma sociedade justa, livre e fraterna, o processo educacional há que tratar do campo ético, de como se desenvolvem atitudes e valores, no campo social, voltados para a formação de novos comportamentos, novos vínculos, em relação àqueles que historicamente foram alvo de injustiças, que se manifestam no cotidiano (BRASIL, 1997, p. 21).

A evidência que se tem é que, já em 1997, senão antes, um documento oficial trazia a preocupação com o problema da discriminação e sua relação com a escola, reconhecendo que “o grande desafio proposto para a educação é estabelecer conexões entre o que se aprende na escola e a vida da população brasileira” (BRASIL, 1997, p. 21). O que se deve considerar é uma educação que apresente e relacione o cotidiano escolar com o extraescolar, em que os problemas sociais sejam analisados, para que, de forma crítica, possam ser compreendidos, e se possível, solucionados.

A formação docente que (re) conheça essa diversidade cultural existente, no Brasil, e que leve a compreensão da importância do tratamento do tema da Pluralidade Cultural, em sala de aula é substancial, ou seja, “Esta proposta traz a necessidade imperiosa da formação de professores no tema da Pluralidade Cultural. Provocar essa demanda específica, na formação docente, é exercício de cidadania” (BRASIL, 1997, p. 22).

A cidadania se dá pela garantia de direitos e o cumprimento de deveres (PINSKY & PINSKY, 2003, p. 10), diante disso, tratar a temática afro-brasileira na formação docente é um modo de favorecer a disseminação, por meio da sala de aula, de ideias, de valores que se sobreponham às desigualdades raciais, as quais são “estruturantes das desigualdades sociais”, e que cerceiam os direitos de uma maioria desfavorecida e deixada à margem (BRASIL, 2014, p. 13).

A desigualdade social enquanto resultante da desigualdade racial, da distribuição desigual nas camadas sociais, cujo requisito está na cor da pele, gera uma condicionante que impossibilita sujeitos negros de exercerem e terem garantidos seus direitos. Em relação ao acesso de pessoas negras à educação, Hasenbalg; Silva e Lima (1999) afirmam que “Práticas discriminatórias e a violência simbólica inerente a uma cultura racista têm limitado as oportunidades educacionais disponíveis para os não-brancos muito mais que para os brancos da mesma origem social (HASENBALG; SILVA, 1990, apud HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999, p. 40).

Nesse cenário, a Lei 12.288 de 20 de julho de 2010, que regulamenta o Estatuto da Igualdade Racial representa um resultado de que “A nova visão a respeito do valor da diversidade racial e da importância de que indivíduos de diversa origem tenham oportunidades iguais não deixou de se expressar na organização do Estado brasileiro e em nossa legislação” (BRASIL, 2015, p. 10). O Estatuto da Igualdade Racial, lei n. 12.288/2010 define no artigo primeiro que

Art. 1º Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos

étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

A preocupação pós-abolição passou a estar efetivamente voltada para a garantia de direitos básicos como: saúde, educação, moradia, emprego, ou seja, o de ser cidadão, de ter o direito de votar, decidir junto aos não-brancos quem irá ou não governar um país, acima de tudo, direito a respeito. Diante dessa busca por igualdade racial “Nas últimas décadas, começou a ganhar volume no debate público a noção de que cabe ao Estado não apenas combater a discriminação e o racismo, mas agir positivamente na promoção da igualdade racial efetiva” (BRASIL, 2015, p. 11).

Quando se tem consciência da realidade desigual do negro na sociedade, e da existência de um aparato legal que visa combater a desigualdade, o que resta é a compreensão de que o estudo e o tratamento da temática étnico-racial, detidamente, da afro-brasileira, passa a ser mais significativo e concreto, pois, não irá servir apenas como um conjunto de conteúdos conceituais, mas também atuará como um conjunto de práticas recorrentes que se enraizarão para além da sala de aula. Para tanto, no âmbito escolar

Uma proposta curricular voltada para a cidadania deve preocupar-se necessariamente com as diversidades existentes na sociedade, uma das bases concretas em que se praticam os preceitos éticos. É a ética que norteia e exige de todos, e da escola e educadores em particular, propostas e iniciativas que visem à superação do preconceito e da discriminação. A contribuição da escola na construção da democracia é a de promover os princípios éticos de liberdade, dignidade, respeito mútuo, justiça e equidade, solidariedade, diálogo no cotidiano; é a de encontrar formas de cumprir o princípio constitucional de igualdade, o que exige sensibilidade para a questão da diversidade cultural e ações decididas em relação aos problemas gerados pela injustiça social (BRASIL, 1997, p. 29).

A (re) formulação-construção de mentalidades a partir do contexto escolar deve começar na elaboração-reflexão sobre sua proposta curricular, tendo como foco professores, alunos e demais funcionários que devem atuar de forma ética, com vistas à promoção de igualdade e respeito às diferenças, pois como apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, “O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje” (BRASIL, 2004, p. 7).

Com o objetivo de atenuar, por meio da educação, esse quadro discriminatório “o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (CAVALLEIRO, 2006, p. 21) o qual

Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática (BRASIL, 2004, p. 10).

O documento oficial em destaque “procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade” (BRASIL, 2004, p. 10).

A ênfase está numa educação para as relações étnico-raciais a qual deve pautar-se na presença das diversidades, e no desenvolvimento de práticas de convivência, de respeito mútuo e de combate a qualquer tipo de preconceito, discriminação e racismo, cujos conceitos serão aprofundados no tópico a seguir.

4.0. CONCEITOS ESTRUTURANTES NO TRATO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

De acordo com os Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental/PB, para a Diversidade Sociocultural, há seis tipos de diversidade mais presentes no cotidiano escolar, as quais são: gênero, educação especial, sexualidade, linguística, étnico-racial e religiosa (PARAÍBA, 2010, p. 250). Este tópico deter-se-á em discutir sobre a diversidade étnico-racial, focalizando nos conceitos de: diversidade, preconceito, discriminação e racismo, compreendidos como sendo “construções históricas que se modificam ao longo do tempo, desconstruindo preconceitos também históricos” (SILVEIRA, 2010, p. 4).

É inegável que tais conceitos permeiam todas essas diversidades que estão presentes no contexto escolar, uma vez que, por tratar-se de um espaço de convivência e inter-relação entre crianças e adolescentes oriundos das mais diversas realidades, a escola apresenta o desafio de uma convivência harmoniosa e de respeito entre esses sujeitos diferentes por suas singularidades, que, há algum tempo foram desconsideradas e tidas como irrelevantes pelas/os práticas e currículos escolares, por considerarem todas iguais, dado esse fato não se considerava a realidade individual do aluno. Ou seja, “as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças” (GOMES, 2001 apud CAVALLEIRO, 2006 p. 86). Nesse sentido, nos subtópicos que se seguem, serão discutidos os conceitos acima citados.

4.1. Diversidade: todos são iguais por serem diferentes

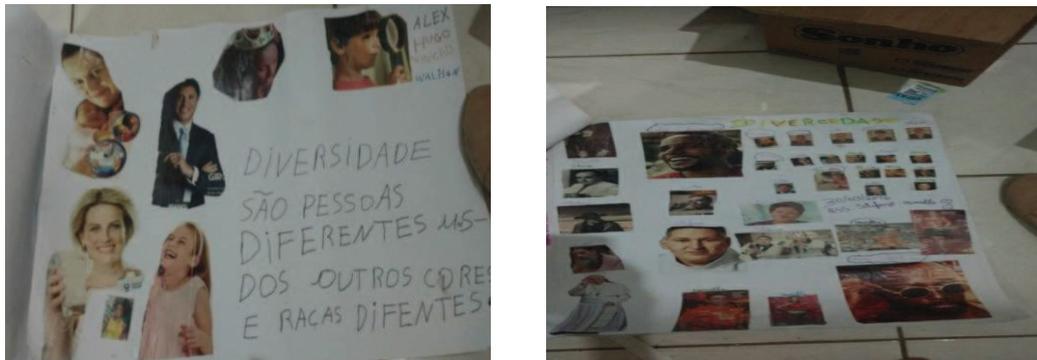
As diferenças que fazem parte da diversidade não devem ser usadas como pressuposto de exclusão-discriminação de um indivíduo ou grupo em detrimento de outrem, pois, quando trazemos o conceito de diversidade, vemos que trata-se da

qualidade daquilo que apresenta aspectos ou tipos diferentes; que é diverso, diferente do outro; do que, por determinado aspecto, não se identifica com algum outro. Este termo está relacionado com variedade ou multiplicidade de situações sociais, econômicas, políticas e culturais em que, nesse caso, não deve pressupor uma hierarquia ou desigualdade na diferença. A variedade deve ser colocada como parte constitutiva da sociedade (SILVEIRA, 2010, p. 2).

O reconhecimento e valorização da diversidade no âmbito escolar é uma forma proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais, de Pluralidade Cultural (1997) que volta-se para a relevância e emergência de um tratamento efetivo na superação de desigualdades sociais e da própria discriminação, portanto, “Tratar da diversidade cultural, [...], e da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão” (BRASIL, 1997, p. 20).

Em consonância ao trato do tema da diversidade étnico-racial buscou-se no desenvolvimento da intervenção do Grupo de Pesquisa nas três escolas observadas-vivenciadas tratar sobre o conceito de diversidade, tendo como momento inicial o levantamento do conhecimento prévio dos alunos acerca da diversidade, por meio da produção, em grupo, de cartazes com imagens, frases que referenciassem o conceito. Uma das equipes apresentou a seguinte definição

Figura 1. Cartazes produzidos por alunos de uma turma de 4º ano da escola X.



Fonte: arquivo pessoal.

O cartaz produzido pelos alunos apresenta imagens de pessoas diferentes, em suas características físicas. Ainda traz o conceito que remete a “pessoas diferentes uns dos outros cores e raças diferentes” (alunos do 4º ano da escola X).

A diversidade expressa resulta da compreensão de que pessoas diferentes, com suas características singulares, forma esse contingente diverso que é a sociedade brasileira. A questão que se põe é que tais diferenças acabam sendo vistas como razão para exclusão de alguns que não se encaixam nos padrões de beleza e de conduta pré-estabelecidos por um grupo hegemônico. Como dispõe Candau (2015)

Em geral temos muita dificuldade de lidar com as diferenças. A sociedade está informada por uma visão cultural hegemônica de caráter monocultural. Especialmente a educação está muito marcada por esse caráter monocultural. O

“outro” nos ameaça. Confronta e nos situamos em relação a ele de modo hierarquizado, como superiores ou inferiores. Muitas vezes não respeitamos o “outro”, ele é negado, destruído, eliminado, algumas vezes fisicamente e outras no imaginário coletivo, no âmbito simbólico (CANDAUI, 2015, p. 87-88).

Quando não há a consciência de uma atuação voltada para convivência harmoniosa e de troca de experiências entre diferentes grupos sociais, corre-se o risco de recair no arcabouço da discriminação.

4.2. Discriminação racial: a consumação do preconceito

Entende-se que a discriminação distingue e separa “pessoa ou grupo em uma sociedade, de forma pejorativa e vexatória, impedindo o exercício dos direitos humanos” (SILVEIRA, 2010, p. 2).

A discriminação causa o isolamento voluntário ou não de um sujeito ou grupo mediante imposição de outro grupo que se auto eleja como sendo melhor e mais aceitável, por dispor de atributos considerados importantes e legítimos. Conforme o Estatuto da Igualdade Racial, em seu artigo 1º inciso 1

Art. 1. [...] I – discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (BRASIL, 2015, p. 3).

O Brasil é marcado pela dificuldade em lidar com a presença de preconceitos e discriminação, visto que, “O País evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por “mitos” que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta “democracia racial” (BRASIL, 1997, p. 20). Com isso, a discriminação perpetuou-se nas famílias, nos grupos religiosos, e principalmente, nas escolas brasileiras, excluindo diversos sujeitos negros. Entendendo que a discriminação trata-se de um “termo tradicionalmente usado para definir o tratamento desfavorável dispensado arbitrariamente a certas categorias de seres humanos, [...]. A discriminação racial tem sua forma mais radical na segregação” (LOPES, 2006, p. 52).

As situações em que pessoas negras, especificamente, professores, alunos e funcionários de instituições escolares têm sido submetidos, algumas vezes, é imperceptível por quem discrimina, mas bastante significativo para quem sofre a ofensa.

Na escola, muitas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente. Essas atitudes representam violação dos direitos dos alunos, professores e funcionários discriminados, trazendo consigo obstáculos ao processo educacional, pelo sofrimento e constrangimento a que essas pessoas se vêem expostas (BRASIL, 1997, p. 20).

A negação da presença do racismo e do preconceito racial no contexto escolar, é perceptível por meio de práticas cotidianas que revelam o que se encontra inculcado em cada indivíduo, quando este utiliza termos racistas: esclarecer, denegrir, entre outros.

4.3. Racismo: Crime perante a lei

Diante do conceito de discriminação encontram-se situações pelos quais perpassa nos seis tipos de diversidades já citados, mas, quando tem-se especificamente, a diversidade étnico-racial, em destaque, identifica-se o racismo como um termo que, tem sido aplicado-utilizado-observado, corriqueiramente, nos cotidianos das coletividades sociais. Quanto a sua proibição e ilegalidade, a Constituição Federal de 1988, traz o seguinte texto

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988).

Neste recorte da CF de 1988 temos o pressuposto de igualdade estabelecido, mediante o qual, qualquer tipo de ação que viole esse direito humano, deverá sofrer punição, em se tratando do racismo, não há fiança que livre o agressor da penalidade, como se trata de uma lei de natureza imprescritível não perde a sua validade, dado isso, nem uma outra lei a poderá substituir ou retirar a pena contra o agente do crime.

O racismo só veio a ser considerado crime, a partir de 1988, isto é, recentemente, mas suas marcas fazem parte da humanidade, há muito tempo, tratando-se de uma construção histórica e não ideológica, sendo esta última confirmada por Lopes (2006) em seu Dicionário Escolar Afro-Brasileiro, quando define racismo como sendo uma

Doutrina formalizada na França, em meados do século, para afirmar a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, linguísticos, religiosos etc. sobre outros. Por extensão, o termo passou a designar as ideias e práticas discriminatórias advindas dessa afirmada superioridade (LOPES, 2006, p. 141).

O que se apresenta é um racismo criado enquanto uma ideia, uma justificativa para grupos autoconsiderados superiores poderem dominar sobre os considerados inferiores. Moore (2007) defende que o racismo é resultado de uma construção histórica,

Todos fomos socializados na noção, bem familiar, de que o racismo fora uma construção ideológica; ou seja, uma elaboração intelectual com fins políticos e econômicos e, conseqüentemente, permeável à lógica (educação, demonstração científica, pregação ético-moral). O racismo era uma pura questão de indecência, ignorância e vulgaridade, e nada mais. Ele podia ser facilmente vencido por meio da educação; da adoção de “modais decentes”; da prédica religiosa e do “abrandamento do coração”. Esta visão geral era reconfortante, na medida em que implicava que estávamos em controle da situação. Conseqüentemente, nela se basearam todas as tentativas realizadas, em todas as partes, desde a Segunda Guerra Mundial para cá, para exorcizar o “monstro” [...]. No entanto, as mais fortes evidências históricas, que apontam para o sentido de que o racismo teria sido construído historicamente, e não ideologicamente, mudam esse quadro (MOORE, 2007, p. 279).

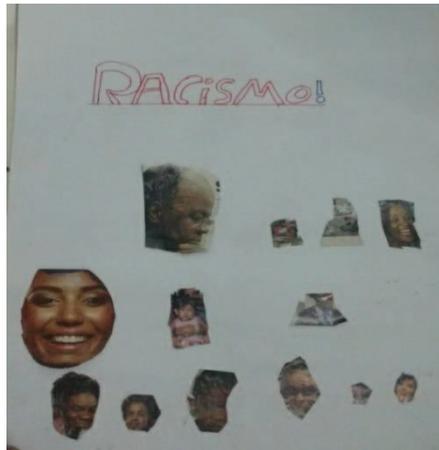
A concepção de racismo tem um resultado que “se encontra na raiz dos desarranjos sociais extremos vivenciados em parcialmente todos os países do mundo, tornando-o a última fronteira do ódio no planeta” (MOORE, 2007, p. 280).

O conceito apresentado trata-se de um sentimento que permeia as relações sociais cuja dinâmica “se desenvolve dentro do universo de atitudes, valores, temores e, inclusive, ódios – mesmo quando incofessos –, infiltrando-se em cada poro do corpo social, político, econômico e cultural” (MOORE, 2007, p. 281). Tal condição, em algumas situações, acaba sendo confundida com o preconceito, ou seja, a “confusão entre racismo e preconceitos é evidente. Ora, os preconceitos não são necessariamente manifestações de racismo. Pelo contrário: é o racismo que gera os piores e mais violentos preconceitos” (MOORE, 2007, p. 280).

A confusão conceitual que Moore (2007) apresenta, pode-se vivenciar-constatar durante a realização das atividades de intervenção com alunos de três escolas públicas do Município de Campina Grande-PB, por meio da Oficina: Diversidade, Preconceito, Discriminação e Racismo, quando pedimos-lhe que registrassem o conceito prévio que tinham acerca de: Diversidade, Preconceito, Discriminação e Racismo, e a confusão conceitual esteve presente, ao definirem racismo, acabaram citando situações como o bullying – palavras ou ações ofensivas pelo fato de alguém ser magro ou gordo, alto ou baixo, não necessariamente

por se tratar de uma situação que envolvesse racismo -, como exemplo para o conceito. Além de escreverem o conceito, os alunos produziram cartazes que pudessem representá-lo.

Figura 2. Cartaz produzido por turma do 4º ano da Escola X, em oficina1



Fonte: arquivo pessoal.

O cartaz acima apresentase uma concepção de racismo relacionada, unicamente, ao povo negro, marcado pela cor da pele, cuja discriminação acontece por causa de suas características físicas.

O contexto apresentado apreende o racismo como sendo uma atitude aversiva a grupos considerados inferiores por suas singularidades, é que Jaccoud (2008) traz alguns apontamentos acerca do conceito

O racismo nasce no Brasil associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura como discurso, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional. As teorias racistas, então largamente difundidas na sociedade brasileira, e o projeto de branqueamento vigoraram até os anos 30 do século XX, quando foram substituídos pela chamada ideologia da democracia racial (JACCOUD, 2008, p. 45).

A democracia racial que negou, durante muito tempo, a presença do racismo, no Brasil, impossibilitando assim a criação e investimento em políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, uma vez que a desigualdade presente não era dada ao fato da cor da pele, que segundo o Estatuto da Igualdade Racial é uma situação que necessita ser superada por meio da “divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial” (BRASIL, 2004, p. 10). Para as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações

Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é necessário trabalhar a história de resistência para que se tenha orgulho de ser negro.

4.4. Preconceito racial: medo e desconhecimento do outro

O medo do que não se conhece é uma defesa natural que o ego humano encontra para proteger-se do que lhe causa certa estranheza, do diferente, do outro. O outro acaba sendo “depositário de todos os males, como o portador das falhas sociais” (SCLIAR, DUSCHATZKY, 2001, p. 124 apud CANDAU, 2015, p. 88).

De acordo com Silveira (2010) o preconceito trata-se de uma “opinião, sentimento e atitude ou qualquer manifestação hostil e desfavorável a indivíduos e povos. O preconceito pode levar à discriminação e a intolerância se manifesta contra pessoas, grupos sociais e povos” (SILVEIRA, 2010, p. 3).

A percepção que se tem é a de quanto o preconceito, o racismo e a discriminação afetam direta e indiretamente as relações humanas, impossibilitando a convivência, a tolerância e o respeito entre as diversidades, além disso - principalmente o racismo-, vedam o acesso do indivíduo

à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e as forças incumbidas da manutenção da paz [...] limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função de seu fenótipo (MOORE, 2007, p. 284).

Assim sendo, desde o período escravista, da abolição e pós-abolição grupos de negros se organizaram e passaram a lutar pela liberdade, garantia, implantação e implementação de leis, medidas, ações afirmativas, políticas de reparação, de reconhecimento e valorização de sua cultura, identidade e história, com vistas à superação da condição subalterna e desumana a que foram submetidos. Para tanto, no tópico subsequente, buscar-se-á trazer algumas considerações acerca da importância da formação inicial e continuada de professores frente à temática africana e afro-brasileira.

5.0. A PRÁTICA DOCENTE FRENTE À TEMÁTICA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

A vivência de situações em sala de aula, enquanto pesquisadoras, permitiu ver que o educador se encontra em um impasse quando o assunto é a Lei 10.639/2003, visto que alguns até a conhecem, mas apresentam dificuldades quanto a sua implementação. Em conversa informal com uma das docentes da escola Y, foi informado que

Havia chegado um documento nas escolas do município, a supervisora trouxe o material, mostrou a Lei 10.639/2003 que a gente tinha que trabalhar na sala de aula, infelizmente, não só aqui, como nas outras escolas, a gente só trabalha mesmo na Semana da Consciência Negra, daí a gente trabalha a semana inteira com assuntos voltados para o negro (PROFESSORA da Escola Y, 2015).

A pesquisa financiada pelo PIBIC/CNPq cota 2014/2015 mostra que mesmo com o conhecimento da Lei algumas docentes ainda limitam a história e cultura africana e afro-brasileira a um tratamento de forma folclórica, além disso, há a rejeição do tema, por parte de pais e alguns profissionais da educação, que o relacionam pejorativamente à práticas religiosas como candomblé e umbanda, tidos como marcas principais dos afrodescendentes.

Algumas educadoras buscam transpor essa condição folclorizada que é dada a temática. Em conformidade a essa realidade Chagas (2008, s/p) apresenta que

professores (as) demonstram-se inseguros, alguns afirmam não terem capacidade para trabalhar a temática cultura afro-brasileira. Mesmo assim começaram, e usando sua capacidade inventiva, estão descobrindo materiais didáticos ou os construindo, a partir das suas realidades e têm recolocado no cenário da história, a África, os africanos e os negros brasileiros, ultrapassando o caráter comemorativo e folclórico.

A presença de tais fatores não são limitantes para que as docentes possam tratar a temática em suas aulas, visto que, buscam informar-se, estudar e, por meio de parceria com a universidade, podem (re) pensar – (re) criar sua prática docente frente à temática africana e afro-brasileira. Em momentos posteriores à intervenção-parceria escola-universidade recebeu-se relatos das educadoras de que a temática em destaque passou a fazer parte do cotidiano, se constituindo assim um conjunto de práticas recorrentes durante as aulas e demais espaços do contexto escolar e extraescolar.

Os depoimentos não são os únicos apontadores do resultado positivo da intervenção da universidade na escola, a observação de algumas aulas pós-intervenção, permite a vivência de uma em que a professora, do 4º ano, durante uma aula de português, apresenta aos seus educandos por meio da leitura e exploração de seus aspectos verbais e não verbais, o

paradidático “As tranças de Bintou” de Sylviane A. Diouf que trata acerca de uma menina africana que deseja usar tranças como sua irmã mais velha, mas que por causa de sua tenra idade, não pode. Mas que depois de aconselhamentos de sua avó, Bintou passa a valorizar os birotos que são feitos em seu cabelo, reconhecendo que é bela com o lindo cabelo que tem.

Ao longo da leitura da história, a docente explora os recursos visuais do livro, enfatizando a autovalorização e o respeito ao próximo, reconhecendo os atributos que cada indivíduo tem e que é isso que o torna único e belo. Percebe-se que a utilização da literatura infanto-juvenil enquanto recurso didático oferece a oportunidade de discutir, em sala de aula, problemáticas políticas e sociais de forma lúdica e acessível aos alunos e alunas

A condição do negro em algumas produções didáticas ou literárias infantis, na maior parte das vezes, é inferior a do branco e o colocam de maneira inferiorizada, depreciativa, pejorativa ou em situações humilhantes. [...]. Por outro lado, é importante ressaltar que algumas produções destinadas ao público infantil procuram denunciar as injustiças sociais e resgatar os valores humanos, ao contrário daquelas que, conscientemente ou não, reforçam os preconceitos étnico-raciais, bem como os estereótipos. Possibilitar o acesso do alunado às obras de literatura infantil que possam colaborar para a formação do leitor crítico e antirracista torna-se imprescindível (LIMA e SILVA, 2013, p. 105).

O professor, nesse contexto, é mediador na construção e autoconstrução do senso crítico e político de seu alunado, dessa forma, deve ser um possibilitador de momentos de reflexão e construção de conhecimento. Pode-se, então, levar em consideração o que Freire (1987), em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, apresenta o diálogo como sendo uma

experiência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples trocas de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p. 44).

A proposta que se tem é de uma educação que abra espaço para que os oprimidos se expressem, para que dialoguem entre seus sujeitos, considerando que o diálogo não consiste na explanação de pensamentos de apenas uma das partes, ou das duas partes sem que haja uma reflexão, mas parte da composição-fusão de pontos de vista a partir de vários pontos. Diante dessa perspectiva dialógica, constata-se que uma educação voltada para a convivência com as diversidades deve permitir-possibilitar a expressão e consideração da diversidade que cada educando e o próprio educador traz consigo. Nesse limiar de superação da opressão, Freire (1987) ainda destaca que

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a de ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si mesmo e aos seus opressores (FREIRE, 1987, p. 16-17).

O desafio posto está na busca pela liberdade da condição de oprimido sem tornar-se o opressor. É lutar pela garantia de direitos e condições para ir e vir dentro da sociedade, sem sofrer retaliações ou pormenorização tendo como causa características singulares e que encaixam o sujeito no grupo que é menos, e que, por isso, acaba sendo desconsiderado pelo grupo dos opressores. É preciso, então, que cada sujeito passe a ser consciente quanto ao seu papel político na sociedade, atuando efetivamente pautado em uma criticidade e reflexão de suas ações e seu papel enquanto cidadão em uma democracia. Mais uma vez, a escola é peça fundamental nesse quebra-cabeça das relações humanas, é nesse espaço que diferentes sujeitos têm a oportunidade de dialogar, expressar, construir, reformular e, principalmente, exercerem sua cidadania.

Além de “muitos estudos dos livros”, a pessoa educada é capaz de produzir conhecimento e necessariamente, respeita os idosos, as outras pessoas, o meio ambiente. Empenha-se em fortalecer a comunidade, na medida em que vai adquirindo conhecimentos escolares, acadêmicos, bem como outros necessários para a comunidade sentir-se inserida na vida do país (SILVA, 2000, p. 78-79 apud CAVALLEIRO, 2006, p. 18).

A visão de que o espaço escolar, enquanto entidade formal pode fomentar a produção e reprodução de saberes favorece o tratamento do tema afro-brasileiro de modo que seja entrelaçado e redimensionado a todas as instâncias das instituições de ensino, ou seja,

o combate a todas as formas de violência e de discriminação, devem estar presentes tanto nas relações sociais do dia-a-dia escolar, quanto nas estruturas e ações institucionalizadas da escola como no projeto político-pedagógico, na organização curricular, no modelo de gestão e avaliação, na produção de materiais didático-pedagógicos e na formação dos profissionais da educação (MÜLLER; COELHO, 2013, p. 39-40).

O que Müller e Coelho (2013) consideram tem seu respaldo legal por meio da Lei 12.288/2010, que regulamenta o Estatuto da Igualdade Racial, por meio da promoção de incentivo e garantia por parte do Estado de políticas de reconhecimento e intervenção na superação do racismo, o qual está expresso no artigo 11

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da

população negra no Brasil, observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 3º Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração (BRASIL, 2015, p. 17).

O parágrafo 1º do artigo 11 traz uma proposta de currículo que se volte para o reconhecimento da participação-contribuição da população negra na composição social, econômica, política e cultural do Brasil. Mas apenas o currículo não pode resultar em mudanças, logo, necessita de um aliado importante nesse processo, o qual, de acordo com o parágrafo 2º deverá ser fomentado pelo Poder Executivo, que será responsável pela formação inicial e continuada de professores, além de produzir material didático referente à temática africana e afro-brasileira, por fim, ressalta a importância da presença de especialistas na área da temática étnico-racial para que possam apresentar aos alunos a história de luta e conquistas do povo negro.

O foco está na formação inicial e continuada de professores frente à temática africana e afro-brasileira, diante disso, a professora Dra Margareth Maria de Mello, docente na Universidade Estadual da Paraíba, inaugura, em 2009, o Grupo de Pesquisa Dialogando com a Diversidade Étnico-Racial no qual são desenvolvidas pesquisas de PIBIC/CNPq relacionadas ao estudo de documentos, autores, regulamentos referentes à temática africana e afro-brasileira como também da implementação da Lei 10.639/2003 em escolas públicas da rede municipal de ensino da cidade de Campina Grande-PB.

A experiência no Grupo de Pesquisa possibilitou uma mudança de mentalidades, posturas e ações. Ao ingressar no grupo, a percepção do tratamento referente à temática do povo negro era distorcida, preconceituosa e desconsiderável, mas por meio do envolvimento com o tema, foi possível compreender a importância e a emergente necessidade de um estudo aprofundado, pois, trata-se de um assunto relevante no contexto das relações sociais, tão marcadas por práticas discriminatórias e racistas que geram exclusão do povo negro, grupo que tem uma “ferida em processo de cura”, e depende da atuação efetiva de todos os segmentos da sociedade, principalmente, das instituições de ensino escolar, ou seja,

É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o

reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito (CAVALLEIRO, 2006, p. 23).

A autoconsciência da necessidade de convivência entre as diferenças de maneira harmoniosa é construída ao ponto em que se contacta e se conhece a realidade, a singularidade do outro, o que faz o outro ser como ele é, sendo diferente. O estudo da temática étnico-racial permite a amplificação de horizontes, permitindo uma reflexão crítica sobre a realidade da desigualdade racial, no Brasil, e suas consequências. Melo (2012) defende sistematicamente a inclusão do estudo da temática africana e afro-brasileira nas graduações, tendo em vista que

Neste sentido, no curso de formação docente essa discussão é significativa, visto que os/as graduandos/as serão docentes de crianças, jovens e adultos e precisarão estar abertos/as para contribuir com a tessitura das identidades destes sujeitos e de si mesmos, numa reflexão da conjuntura sociohistórica (MELO, 2012, p. 99).

Dada essa importância, é que se defende a implantação de disciplinas referentes à temática africana e afro-brasileira nas escolas da Educação Básica e nas licenciaturas das universidades brasileiras, pois, segundo Chagas (2008),

os conteúdos pertinentes à cultura afro-brasileira, ainda não se constituem uma realidade a toda rede pública de ensino na Paraíba. Por sua vez, os cursos de Licenciatura existentes no estado, com exceção do curso de História da UEPB, onde a disciplina História da África é obrigatória desde 1999, e o da UFPB, e UFCG onde recentemente essa disciplina passou a ser obrigatória, não se tem notícia dessa matéria em outras licenciaturas em funcionamento no estado (CHAGAS, 2008, s/p).

No Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, não existe uma disciplina específica que tenha como conteúdo o tratamento da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, tampouco uma abordagem metodológica que direcione os professores em formação a trabalharem a temática em suas futuras aulas, enquanto professores titulares de uma turma da Educação Básica. Daí alguns docentes engajados na luta pela implementação da Lei 10.639/2003 e com a causa que ela representa, buscam tratar nas disciplinas de Ensino de História, Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social e Culturas Afro-Brasileira e Indígena, como também na disciplina de Antropologia com a discussão sobre alteridade, esses quatro componentes curriculares trazem um recorte da temática africana e afro-brasileira, mas não aprofunda, do mesmo modo, que o Grupo de Pesquisa Dialogando com a Diversidade Étnico-Racial.

O Grupo de Pesquisa dispõe de mais tempo e possibilidade de estudo da temática, além do direcionamento detalhado dos documentos oficiais, autores a serem analisados e consultados. Quanto à prática docente, no momento em que houve a necessidade de atuar na

sala de aula, como professora, no momento da realização oficinas, foi possível vivenciar-sentir as dificuldades que um educador de ‘primeira viagem’ enfrenta ao ter que assumir uma sala de aula.

Assumir a sala de aula de 4º e 5º anos foi à forma encontrada para que as professoras titulares das turmas pudessem participar de uma formação continuada com a professora orientadora do Grupo de Pesquisa, enquanto era desenvolvida a oficina com os alunos sobre os conceitos: diversidade, preconceito, racismo e discriminação, as docentes recebiam orientações sobre o tratamento dos conceitos e da importância da implementação da Lei 10.639/2003, em suas aulas.

A observação das aulas posteriores a intervenção evidenciou o quanto a temática afro-brasileira passou a ser mais presente e recorrente, não apenas em aulas da disciplina de História, mas como um conjunto de práticas e atitudes presentes dentro e fora da sala de aula, os próprios alunos passaram a denunciar atitudes que consideraram racistas e discriminatórias.

A informação leva à desconstrução de preconceitos e idealismos estigmatizantes, favorecendo a construção de novas mentalidades, conseqüentemente de novas atitudes.

6.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada ao longo do presente trabalho ressalta a importância do trato com a temática afro-brasileira e africana no âmbito escolar, tendo como resultante de uma prática docente comprometida e recorrente, que trará a possibilidade de resultados que “enraizar-se-ão” para além da sala de aula, estendendo-se a todos os segmentos da escola, da sociedade.

A Lei 10.639/2003, aprovada e sancionada no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, trouxe a possibilidade de implantação de uma legislação que pudesse intervir-atuar nos espaços formalizados onde é construído o saber e reproduzido valores, pontos de vista e posturas. Diante disso, a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, em todas as escolas do país, tanto públicas quanto privadas, significou um avanço significativo na superação da discriminação racial, significando que

A implementação da Lei 10.639/03 pode ser vista como o desafio de uma política pública em educação que carrega consigo a tarefa de reeducar o próprio Estado, os sistemas de ensino, as universidades, as escolas e os sujeitos da educação na sua relação com a diversidade étnico-racial (GOMES, 2009, p. 70).

A lei apresentada trata-se de uma política pública em educação que traz consigo a imensa responsabilidade de mobilizar o Estado, os sistemas de ensino, universidade, escola e demais instituições e sujeitos da sociedade para que possam conscientizar-se acerca da relevância e da importância do tema da diversidade étnico-racial. Em consonância a Lei 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação por meio de seu Conselho Pleno elaborou o Parecer 03/2004 que instaura as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que traz orientações referentes ao trato da temática étnico-racial.

À aprovação da Lei 10.639/2003, há em 20 de julho de 2010 a sanção da Lei 12.288/10 que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial a qual busca o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da inclusão dos afrodescendentes que foram marcados por anos de exclusão, humilhação e desumanização.

A educação enquanto ferramenta de transformação de mentalidades e posicionamentos políticos possibilita o investimento na aprovação e implementação de ações afirmativas que visem superar o preconceito e a discriminação. Para tanto, torna-se necessário que o Estado passe a intervir insistentemente na formação inicial e continuada de docentes.

As políticas públicas aliadas a educação têm a possibilidade de reconstruir a sociedade brasileira, com uma base fraterna, harmoniosa que tenha o respeito mútuo como direcionador

das relações humanas. Foi vivenciado tal resultado, na vivência-intervenção de oficinas, nas quais houve a possibilidade de estudo e tratamento da temática étnico-racial, as quais promoveram pequenas mudanças no cotidiano dos espaços onde aconteceram.

A experiência na/com a pesquisa contribuiu para a formação tanto pessoal quanto profissional. O contato com a temática afro-brasileira permitiu que houvesse uma mudança de consciência em relação a sua importância no âmbito escolar, passou-se a valorizar a sua necessidade não só no cotidiano da escola, mas no contexto das famílias e no reconhecimento da negritude presente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho - o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In. ALVES, Nilda. et all. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas-sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, 2ª edição.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 28 de jun. 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: 2004.

_____. **Estatuto da igualdade racial**: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. – 4. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Situação social da população negra por estado**/Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: IPEA, 2014.

_____. **Lei 10.639**. De 09 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 28 de jun. 2018.

CANDAU, Vera Maria. Nós e os outros: desafios para a educação em direitos humanos. In. CANDAU, Vera Maria. SACAVINO, Susana Beatriz. **Educação: temas em debate**. 1 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: BRASIL. **Orientações e Ações para as Relações Étnico-raciais**. Brasília, 2006. P. 15-28.

COUTINHO, A. C. C.P. **Raça, Etnia e a Escola**: Possibilidades de Implementação da Lei 10.639/031. Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/103/60> Acesso: 21/10/2018 às 20:07.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Formação docente e cultura afro-brasileira. In: **Revista África e Africanidades** - Ano I - n. 3 - Nov. 2008 - ISSN 1983-2354. Disponível em: www.africaeaficanidades.com.

FAHS, Ana C. Salvatti. **O Movimento Negro**. [Politize]. Consultado em: 29/06/2018. Disponível em: <http://www.politize.com.br/movimento-negro/>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2009.

HASENBALG, Carlos. SILVA, Nelson do Valle. LIMA, Marcia. **Cor e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In. THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição** . Brasília : Ipea, 2008.

LIMA, A. de B; SILVA, F. C. da. **A importância da literatura infantil afro-brasileira e africana no ensino fundamental do SESC – Petrolina/PE**. Pau dos Ferros, v. 02, n. 02, p. 104 – 131, set./dez. 2013.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2006.

MELO, Margareth Maria de. **Gerando eus, tecendo redes e trançando nós: ditos e não ditos das professoras e estudantes negras nos cotidianos do curso de pedagogia**. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Faculdade de Educação. 2012.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A Lei n. 10.639/03 e a Formação de Professores: trajetória e perspectivas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 5, n. 11, p. 29-54, out. 2013. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/188>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

PARAÍBA. **Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental: Matemática, Ciências da Natureza e Diversidade Sociocultural**. / Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência Executiva da Educação Infantil e Ensino Fundamental. – João Pessoa: SEC/Grafset, 2010.

PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Historia da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Alteridade: conceito estruturante**. Fragmento extraído de texto introdutório do RCEF/PB, 2010.

TAVEIRA, Eleonora Barrêto. A pesquisa dos/nos/com os cotidianos e suas múltiplas possibilidades de apresentação. In. ALVES, Nilda. OLIVEIRA, INÊS Barbosa de. **Pesquisas nos/dos/com os cotidianos-sobre redes de saberes**. Petrópolis: DP et all, 2008.

WALDMAN, Maurício. A Temática Africana em Sala de Aula, artigo. In. **Revista África Magazine**, pp. 30/31, Centro Cultural Africano. São Paulo (SP): Setembro, 2009.

APÊNDICE – Sequência didática

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
GRUPO DE PESQUISA: DIALOGANDO COM A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL
SEQUÊNCIA DIDÁTICA**

OBJETIVOS:

- * Discutir sobre a questão da diversidade, racismo, preconceito e discriminação;
- * Identificar nas atitudes do cotidiano a necessidade do respeito às diferenças, ao outro e valorizar as identidades étnico-raciais.

CONTEÚDOS:

- * Noções de diversidade, racismo, preconceito e discriminação;
- * Respeito às diferenças e ao outro.

DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

1. Apresentação do professor e solicitar que os alunos se apresentem
2. Levantamento dos conhecimentos prévios acerca de diversidade, racismo, preconceito e discriminação, entregando a cada aluno uma folha de papel para que registro de suas concepções acerca das palavras já citadas;
3. Pedir que os alunos socializem suas respostas;
4. Problematização dos conceitos (diversidade, racismo, preconceito e discriminação);
5. Apresentação dos cartazes com os conceitos;
6. Leitura do texto: A escola é... de Paulo Freire;
7. Conversa informal, levantando pontos principais no texto;
8. Dinâmica: Auxílio Mútuo;
9. Confecção de cartazes: a turma será dividida em seis (06) grupos, cada grupo receberá um (01) cartaz. Ficarão à disposição dos alunos: cola, revistas e tesouras. O grupo deverá produzir um (01) cartaz, por meio do recorte e colagem, aplicando o que foi apreendido acerca dos conceitos apresentados durante a aula.

MATERIAIS UTILIZADOS:

- * Cola de papel;
- * Tesoura;
- * Cartolina;
- * Revistas;
- * Pirulito.

DINÂMICA:

Dinâmica: "Auxílio mútuo"

Objetivo: Para reflexão da importância do próximo em nossa vida Material: Pirulito para cada participante.

Procedimento: Todos em círculo, de pé. É dado um pirulito para cada participante, e os seguintes comandos: todos devem segurar o pirulito com a mão direita, com o braço estendido. Não pode ser dobrado, apenas levado para a direita ou esquerda, mas sem dobrá-lo. A mão esquerda fica livre. Primeiro solicita-se que desembrulhem o pirulito, já na posição correta (braço estendido, segurando o pirulito e de pé, em círculo). Para isso, pode-se utilizar a mão esquerda. O mediador da dinâmica, recolhe os papéis e em seguida, dá a seguinte orientação: sem sair do lugar em que estão, todos devem chupar o pirulito! Aguardar até que alguém tenha a iniciativa de imaginar como executar esta tarefa, que só há uma: oferecer o pirulito para a pessoa ao lado!!! Assim, automaticamente, os demais irão oferecer e todos poderão chupar o pirulito. Encerra-se a dinâmica, cada um pode sentar e continuar chupando, se quiser, o pirulito que lhe foi oferecido.

Moral da dinâmica: Abre-se a discussão que tem como fundamento maior dar abertura sobre a reflexão de quanto precisamos do outro para chegar a algum objetivo e de é ajudando ao a outro que seremos ajudados.